

Um diplomata na Guerra

As percepções de Augusto de Vasconcelos nas Legações de Portugal em Madrid e Londres e na Conferência da Paz, entre a neutralidade e a participação lusa no conflito (1914-1920)*



Soraia Milene Carvalho¹

Universidade de Lisboa, Portugal
soraiamilenecarvalho@campus.ul.pt

Fecha recepción: 8/03/2023

Fecha aceptación: 12/05/2023

Resumo

A presente análise centra-se nas leituras do ex-Ministro Plenipotenciário português, Augusto de Vasconcelos – Ministro português que se voltou para o republicanismo no final do século XIX, tornando-se posteriormente um forte apoiante da Liga das Nações, lutando pela Organização até ao seu fim na cena internacional no pós-Segunda Guerra Mundial -, e que nas Legações de Portugal em Madrid e Londres observou e teceu considerações sobre a participação do país no conflito nas diferentes ocasiões do seu aparecimento: na cena bélica desde 1916 e no momento anterior que dividia Portugal entre a neutralidade e a necessidade de assegurar a presença da República na Grande Guerra como oportunidade de participar nas negociações que se seguiriam na Conferência de Paz, ideia que não escapou às percepções de o Ministro.

Assim, com o objetivo de apresentar a noção de guerra do ponto de vista diplomático, pelos bastidores do conflito, destacamos o pensamento e a ação de uma das faces da diplomacia internacional do século XX: por meio da troca de correspondência. Entre legações e consulados, Portugal em Madrid, através de Augusto de Vasconcelos, configurou a sua presença na guerra com características de aproximação a Espanha, entendendo o conflito na linha dos portugueses, como um momento relevante para estreitar os laços multilaterais com vista ao para a conjuntura posterior, onde a América Latina, em sua opinião, teria um papel central.

Palavras-chave: Diplomacia; Primeira Guerra Mundial; Relações Internacionais; República; Portugal

* O texto segue o antigo Acordo Ortográfico.

Un diplomático en la guerra: las percepciones de Augusto de Vasconcelos en las legaciones portuguesas de Madrid y Londres y en la Conferencia de Paz, entre la neutralidad y la participación portuguesa en el conflicto (1914-1920)

Resumen

El presente análisis se centra en las lecturas de Augusto de Vasconcelos, ex Ministro Plenipotenciario portugués que pasó al republicanismo a finales del siglo XIX, siendo más tarde un firme partidario de la Sociedad de Naciones, luchando por la Organización hasta su final en la escena internacional en el período posterior a la Segunda Guerra Mundial. En las legaciones portuguesas en Madrid y Londres observó e hizo consideraciones sobre la participación del país en el conflicto, en diferentes ocasiones: en el escenario bélico de 1916 y el momento previo que dividió a Portugal entre la neutralidad y la necesidad de asegurar la presencia de la República en la Gran Guerra, como oportunidad de participación en las negociaciones que seguirían en la Conferencia de Paz: idea que no escapó a las percepciones del ministro.

Así, con el objetivo de presentar la noción de guerra desde el punto de vista diplomático, desde la antesala del conflicto, destacamos el pensamiento y la acción de una de las caras de la diplomacia internacional del siglo XX. A través del intercambio de correspondencia entre legaciones y consulados de Portugal en Madrid, Augusto de Vasconcelos configuró su presencia en la guerra para acercarse a España, entendiendo el conflicto en la línea de los portugueses, como un momento relevante para fortalecer los lazos multilaterales con miras a la coyuntura posterior, donde América Latina, en su opinión, jugaría un papel central.

Palabras clave: Diplomacia; Primera Guerra Mundial; Relaciones internacionales; República; Portugal

A Diplomat in War: Augusto de Vasconcelos' perceptions in the Portuguese Legations in Madrid and London and in the Peace Conference, between neutrality and Portuguese participation in the conflict (1914-1920)

Abstract

The present analysis focuses on the readings of the former Plenipotentiary Portuguese Minister, Augusto de Vasconcelos – Portuguese Minister who went for republicanism at the end of the 19th century, being later a faithful supporter of the League of Nations, fighting for the Organization until its end on the international scene in the post-World War II – and that in the Legations of Portugal in Madrid and London observed and made considerations about the country's participation in the conflict on the occasions of its presence: on

the war stage from 1916 and at the previous moment that divided Portugal between neutrality and the need to ensure the presence of the Republic in the Great War as an opportunity for participation in the negotiations that would follow in the Peace Conference, an idea that did not escape the perceptions of the minister.

Thus, aiming to present the notion of war from the diplomatic point of view, through the backstage of the conflict, we highlight the thought and action of one of the faces of international diplomacy of the twentieth century: through the exchange of correspondence between legations and consulates, Portugal in Madrid, through Augusto de Vasconcelos, shaped his presence in the war in order to approach Spain, understanding the conflict along the lines of the Portuguese Minister, as a decisive moment to strengthen multilateral ties with a view to the subsequent conjuncture, where Latin America would, in his view, play a central role.

Keywords: Diplomacy; World War I; International relations; Republic; Portugal

Introdução

O nosso trabalho reflecte sobre a diplomacia portuguesa no contexto da Grande Guerra, a partir da actividade e leituras desenvolvidas pelo então diplomata luso, Augusto de Vasconcelos (1867-1951), figura de relevo, especialmente, no contexto da Sociedade das Nações (1923-1937), momento que sucede ao nosso período de análise. Desta forma, cumpre-nos apresentar as suas percepções e actuações enquanto Ministro Plenipotenciário de Portugal em Madrid, em Londres e à Conferência da Paz: atendendo ao seu percurso durante a Grande Guerra, Augusto de Vasconcelos surge-nos como um dos elementos centrais na condução da política externa portuguesa e as suas leituras sobre o panorama internacional e a ordem vindoura, no pós-belicismo, revelam-se sobejamente interessantes, sendo o antigo diplomata português um observador atento e participante, apresentando as suas considerações na correspondências trocada de maneira assídua entre as Legações de Portugal em Madrid e em Londres e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa.

A visão do diplomata em causa será revisitada, neste trabalho, na esteira do seu legado: encontrando-se o Espólio de Augusto de Vasconcelos disponível para consulta no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal – fonte primacial desta investigação –, outras fontes (secundárias) revestem-se de carácter importantíssimo para o nosso trabalho: referirmo-nos ao Arquivo Pessoal do Conde de Tovar, à guarda do Instituto Diplomático do MNE, doado por familiares do antigo diplomata em 2021; analisamos, de modo idêntico, os acervos documentais das respectivas Legações de Portugal em Madrid, e em Londres, no período estudado, e o Arquivo referente à missão portuguesa, aquando da Conferência que inauguraria uma paz estranha ao

conceito, na medida daquilo que significou o *final* da Grande Guerra na senda de Margaret MacMillan, quando a Autora repara que “em 1939, a Grande Guerra passou a ter um novo nome” (2014: 21). Neste panorama, o entendimento de Vasconcelos suscita-nos considerações sobre as fórmulas encontradas pela I República Portuguesa em torno daquilo que se adivinhava ser o pós-guerra num contexto de conflito que mantinha o rastilho aceso e perante o qual, o país se veria distante das negociações internacionais, nomeadamente, após o fecho da Conferência, momento em que as atenções se voltavam para Genebra, a casa da Sociedade das Nações (1920-1946). Esta Organização Internacional arrecadava no seu espólio fundacional uma herança inquebrantável: se era o devir da nova ordem mundial, era simultaneamente bastidor de uma teia que se continuava a tecer em torno das pequenas potências que se agrupavam no seu âmago enquanto Estados-membros, lógica a que Portugal não escapou.

Perante este cenário convulsivo, importa-nos perceber os fenómenos antecedentes: de que forma Augusto de Vasconcelos contribuiu para esse entendimento? Como poderemos interpretar a sua presença na Legação de Portugal em Madrid na estreia da Grande Guerra e, seguidamente, em Londres no findar do belicismo? Como antevia Vasconcelos a paz? Quais as suas impressões da Conferência da Paz? Que retrato nos é possível deslindar da presença de Portugal na guerra, a partir da diplomacia lusa Madrid-Londres? Segundo Augusto de Vasconcelos, como se encontrava Portugal na Conferência em Paris e qual o limiar dos seus objectivos? O presente trabalho pretende ilustrar o trajecto e a visão de um diplomata retido no trilha diplomático da Grande Guerra de modo a aferirmos lógicas e intentos às portas de uma nova dinâmica internacional.

Augusto de Vasconcelos na Grande Guerra: por Madrid, Londres e Paris (1914-1920)

Observador atento da sua época, Augusto de Vasconcelos primou pelo reconhecimento na cena internacional: a sua estreia enquanto Ministro Plenipotenciário na Legação de Portugal em Madrid valeu-lhe o apanágio de um diplomata hábil; e seria nestes conformes que Augusto de Vasconcelos contribuiria de feição arreigada no regime republicano, nos primeiros três momentos da sua inserção na diplomacia lusa, a partir de Madrid, de Londres e de Paris: esta aquando da Conferência da Paz de 1919-1920. Desta forma, cumpre-nos aferir o trabalho do antigo diplomata com recurso às fontes documentais anteriormente elencadas; a partir destas, verificaremos o pensamento do então ministro plenipotenciário português em torno da ruptura operada pela Grande Guerra face à ordem internacional anterior; mas mais do que isso, a forma como Augusto de Vasconcelos observou a ordem nascida no pós-guerra, nomeadamente, para Portugal, e os contornos que se adivinhavam sobre esse período ainda durante o conflito mundial.

Augusto de Vasconcelos na Legação de Portugal em Madrid

Em Madrid, o nosso Ministro Plenipotenciário experienciaria a guerra a partir de uma potência neutral, que assim se havia declarado a 7 de Agosto de 1914 (Torre Gómez, 1980: 109): quando a epidemia de cólera em Lisboa se propagava na imprensa internacional,¹ no momento em que a Espanha enviava inspectores sanitários,² e quando existiam “interesses pecuniarios” desses à vista desarmada,³ caso as exigências em prol da Convenção Sanitária de Paris se afixassem em torno “das rotas atacadas de peste”⁴ e se as “precauções sanitarias” consumiam o tempo,⁵ à medida em que a greve ferroviária se alastrava e a greve operária se constituía foco de atenção em Espanha,⁶ ou se o Ministro da Roménia informava do adiamento da 3.^a reunião da Comissão Internacional do Petróleo,⁷ certo é que Augusto de Vasconcelos apressava-se a informar a capital lusa, não obstante, quando o assunto enveredava pelo aumento dos vencimentos que na Legação em Madrid se faziam sentir urgentes, apoiando o então diplomata “essa justissima pretensão”, e reclamando junto do Ministério do Negócios Estrangeiros (MNE) pelo significado da República, e pelos “tempos odiosos em que os serviços diplomaticos, prescindindo de competências e merecimentos, eram exercidos por funcionários ricos de haveres” mas sem méritos para o exercício, tal qual expôs na sua redacção para o ministro em Março de 1916.⁸ De resto, Augusto de Vasconcelos não ficaria pela rama sobre este assunto último: ainda durante esse mês, voltava a dirigir-se a Lisboa, por escrito, encontrando-se na época há 18 meses no seu cargo em Madrid, e dizendo não compreender porque razão Paris e Londres seriam Legações de “vencimentos melhores”, reconhecendo a situação delicada da representação portuguesa em Madrid, na sequência dos inúmeros convites que recebia esse ano, para jantar “em todas as Embaixadas e Legações dos paizes neutros e aliados”, tendo que retribuir e existindo certas conversas que apenas se pre-dispunham a acontecer em “banquetes” que eram uma constante.⁹ Mais do que isto, Augusto de Vasconcelos reportava-se à carestia de vida “agravada na actual época” de belicismo, e impossibilitando em Madrid um quotidiano mesmo que modesto, o que perfazia a queixa do Ministro Plenipotenciário luso em funções na capital espanhola (Vasconcelos, 9 de Março de 1916).

Convirá realçarmos, neste quadro, o impasse que Portugal experienciou para participar na Grande Guerra, sendo convocada uma reunião no Palácio de

1 Ministro de Portugal em Madrid [MPM], N.º 24 (9 de Outubro de 1914). Legação de Portugal em Madrid [LPM], 1914, Caixa 142, Capilha: “Correspondência e documentação diversa 1914-1917”. Lisboa: Arquivo do Instituto Diplomático do Ministério do Negócios Estrangeiros [AIDMNE]. Cota: S16/E7/P9/86842.

2 MPM (11/10/1914). LPM, 142, “Correspondência...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

3 MPM (14/10/1914). LPM, 142, “Correspondência...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

4 MPM (chegou a MNE a 21/09/1914). LPM, 142, “Correspondência...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

5 MPM (22/10/1914). LPM, 142, “Correspondência...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

6 Augusto de Vasconcelos, N.º 145 (12/07/1916). LPM, 142, “Processo n.º 79 – 28-2-916 – Legação de Portugal em Madrid, N.º 10 de 25 de Fevereiro de 1916”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

7 MPM, N.º 106-B, (29/09/1914). LPM, 142, “Correspondência...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

8 Vasconcelos, N.º 13, Série A (1/03/1916). LPM, 142, “Processo n.º 79...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

9 Vasconcelos, N.º 15, Série A (9/03/1916). LPM, 142, “Processo n.º 79...”, AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

Belém, que contara com a participação de Augusto de Vasconcelos, entre outras personalidades de destaque da época, como Augusto Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros ou Cerveira de Albuquerque, Ministro da Guerra, no período retratado. E seria na senda deste último, segundo Filipe Ribeiro de Meneses, que Augusto de Vasconcelos fazia reparo sobre a impossibilidade de Portugal partir para a guerra no Velho Continente, sendo favorável ao país a via diplomática em consonância com os desígnios britânicos (Ribeiro de Meneses, 2015: 91).

Por outro lado, Augusto de Vasconcelos preocupava-se de sobremaneira com as “noticias tendenciosas, de procedencia germanofila, tendentes a fazer crer nas más relações de fronteira” que entre Espanha e Portugal poderiam ser entendidas no contexto da guerra.¹⁰ O combate contra “a campanha germanofila” compreendia-o Augusto de Vasconcelos algo essencial para Portugal, advertindo-se a “comissão de censura para a imprensa local”, no sentido de que assim se evitassem, em território português, “qualquer artigo ou referencia inconveniente acerca do assunto”, tal qual levava à consideração do Ministro dos Negócios Estrangeiros (Vasconcelos, 20 de Julho de 1916), não obstante o intercâmbio comercial ibérico ser observado pelo representante luso na ânsia do seu fomento,¹¹ sendo também eixo de considerações os “planos de cooperação de capitães americanos numa transformação económica das duas nações da Península”, algo que ocupava o nosso Ministro em Madrid em inícios de 1916.¹²

Salientamos, Augusto de Vasconcelos havia conversado com Roberto Wirth e Sualina, “representante de um importante grupo de banqueiros norte americanos”, comunicado Vasconcelos no seu ofício que este seguira para Lisboa para falar com Afonso Costa: o plano recaía na cooperação de capitais na Península Ibérica, e essa havia sido uma ideia discutida inclusive com Sanchez da Toca (1852-1942) – político espanhol –, “iniciador d’esta tentativa de cooperação americana”, tal qual o Ministro luso advertia. Sublinhamos, Augusto de Vasconcelos aproveitava o intento para louvar este último, caracterizando-o com um “alto espirito” que “logo depois do inicio da guerra europêa” havia despertado para a catástrofe económica que assolaria o Velho Continente (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916). Nesta senda, Augusto de Vasconcelos atribuía plena “razão” a Sanchez da Toca, dizia: “os acontecimentos dia a dia tem vindo a dar-lhe razão” e continuava, “que depois da guerra, como já durante ela, a influencia dos Estados Unidos da America do Norte nos mercados económicos e financeiros do mundo”, sendo que as “correntes comerciais” se acentuariam de tal modo que, na óptica *vasconceliana*, “a hegemonia económica da grande nação americana virá a ser um facto indisputavel”, tal qual acreditava desenhar-se o quadro do pós-guerra ainda no âmago do conflito, na senda de Sanchez da Toca (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916). E seria

10 Vasconcelos (20/07/1916). LPM, 142, “Processo n.º 79...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

11 Vasconcelos, N.º 15, Série B (4/02/1916). LPM, 142, “Cap. n.º 42 Legação de Portugal em Madrid, N.º 18 de 26 de Abril de 1915 – Confidencialíssimo – Reservado”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

12 Vasconcelos, N.º 18, Série A (29/02/1916). LPM, 142, “Cap. n.º 42...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

nesta sequência que a missiva de Augusto de Vasconcelos prosseguia enfatizando os motivos que levaram, então, Toca a encontrar a necessidade de atrair os capitais norte-americanos “para as grandes obras e planos de transformação económica” que podendo “ser traçadas em Espanha”, conduziam Wirth, “polaco de origem”, tal qual retratado por Vasconcelos, “a acometer a empresa”, uma vez que se destacava “nos meios financeiros espanhóis, dirigindo uma casa bancária importante”, e que recebera de Sanchez da Toca o impulso da iniciativa para se dirigir aos Estados Unidos “e que procurasse atrair os capitães americanos ao mercado espanhol”, tendo comunicado a Augusto de Vasconcelos “as suas ideias” de modo a adaptá-las ao contexto português, “se as julgasse vantajosas” (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916). As considerações *vasconcelianas*, a partir do palco de Madrid, estreitavam-se em torno da guerra e sobre a florescência dos “mercados americanos” no que respeitava aos “negócios” que o conflito na Europa lhes havia permitido: o pensamento de Vasconcelos enveredava pelo interesse dos Estados Unidos da América em torno dos “mercados ingleses e alemães” que se constituiriam, a breve trecho, “os seus futuros rivaes”, advertindo o diplomata luso sobre o conhecimento deste fenómeno por parte da Alemanha, dizia: “Os alemães [...], estão organizando em Espanha a resistência contra esta possível invasão de capitães e influencias norte americanas” (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916); e passava Vasconcelos à enumeração das cidades espanholas onde tal se verificava: “Assim, em Barcelona, em Madrid, na Galiza, na Andaluzia, em toda a Espanha, se pode já dizer” que os alemães, segundo este, montavam “fabricas”, adquiriam “acções de Companhias” e mais do que isso, os “empregados alemães” falavam “correctamente o espanhol”, o que perfazia, na lógica *vasconceliana*, a premissa central para que a Alemanha organizasse em termos financeiros e económicos e também em termos propagandísticos, “ao cabo da guerra a luta pelo mercado espanhol nas mais favoráveis condições”, o que soava a temor nas ânsias do vizinho ibérico (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916). De resto, Vasconcelos dizia que Wirth havia ido aos Estados Unidos da América e estes haviam nomeado “um delegado oficial”, a saber, William Veditz, “adido comercial á sua Embaixada em Madrid” com o intento de “estudar conscienciosamente os planos que o Snr. Wirth expozera aos grandes capitalistas americanos”; e aos olhos de Augusto de Vasconcelos, Veditz que lhe havia sido apresentado por Wirth, era “um funcionário culto e inteligente, com uma larga noção da vida moderna das nações” (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916), salientando-se dessa forma a visão do Ministro luso sobre o novo quadro internacional que se erguia e das carências que esse, necessariamente, na sua leitura, teria de fazer suprir.

Augusto de Vasconcelos acentuava na sua missiva que Veditz havia estudado com rapidez “os meios financeiros espanhóis” na esteira do desenvolvimento destes em matéria industrial e agrícola; e fosse como fosse, Vasconcelos redigia em Julho de 1917, que iriam chegar a Madrid “representantes de casas bancarias das mais importantes de New York” com a finalidade de “preparar a organização económico financeira com que contam bater os alemães no mercado espanhol” e nesse enredo, Vasconcelos conversara amplamente

com Wirth e com Veditz “sobre a possibilidade de grandes e rápidas transformações no nosso paiz por meio das riquezas inexploradas” que poderiam ser combinadas com os capitais norte-americanos, remetendo, de resto, para Lisboa, essa incumbência (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916). Mas alegava ter tratado de “duas questões” por iniciativa própria: o “desenvolvimento do porto de Lisboa” que lhe surgia como hegemónico “nas costas do Atlantico”, não ostante, “o grande avanço” do porto de Lisboa, na óptica *vasconceliana*, “sobre os portos espanhoes”, mas mais do que isso, “obtendo [...], a facilidade das suas comunicações com Madrid e Barcelona” que se constituía elemento “decisivo” na sua leitura, em prol da “vida economia” lusa, perspectiva partilha por With e Veditz (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916). Por outro lado, as “companhias ferro viarias espanholas” surgiam no horizonte de interesses norte-americanos: justificava assim Vasconcelos a Lisboa o seu interesse na empresa, “sob o ponto de vista do futuro do nosso paiz”, com a ideia da transformação do “porto franco de Lisboa” através da “criação de largas e profundas industrias, que com um hinterland tão considerável, como o é toda a Pensinsula” conduziriam a um “futuro economico” resplandecente por parte dos lusitanos, na linha de Augusto de Vasconcelos, transmitida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916). De resto, o Ministro luso advertia para o interesse gerado nos seus interlocutores sobre o porto de Lisboa, observado como superior “sobre todos os outros portos da Peninsula sobre o Atlantico”, o que era perspectivado como “risonhos planos”; Augusto de Vasconcelos falou-lhes, similarmente, no problema que se constituía a “irrigação do Alentejo”, o que dizia merecer “o estudo dos competentes” e, por isso, Lisboa avaliaria (Vasconcelos, 29 de Fevereiro de 1916).

Nesta senda, cumprir-nos-á acentuar que, na linha de Hipólito de la Torre Gómez, “a grei germanófila cedo se mostrou organizada numa sólida frente de acção propagandística” o que perfazia a disposição para a “batalha a favor das suas ideias e dos seus patrocinadores”, salientando o Autor, órgãos de imprensa importantíssimos no contexto espanhol e internacional, com especial acuidade para *El Correo Español* que, contabilizando-se outros, mantiveram “estreitas relações com a embaixada alemã” e isto derivava, na senda do referido Autor, do “soldo” da mesma (Torre Gómez, 1980: 145). Observe-se que inclusive Augusto de Vasconcelos remetia ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Julho de 1917, um telegrama, no qual informava sobre aquisição de uma “machina rotativa” que tinha sido “comprada por Felix Lourenço para o seu jornal aliadophilo” e que, no entanto, no dia 18, acabava “de ser vendida para o jornal germanófilo e inimigo [de] Portugal ‘El Debate’”; acentuamos que neste enredo, Augusto de Vasconcelos considerava a indispensabilidade de se “evitar” que a máquina rotativa em questão saísse de Portugal, mas mais do que isso, “talvez fosse possível expulsar” – tal qual o nosso Ministro em Madrid dizia – “expulsar [de] Portugal um tal Colmer administrador do ‘Debate’”,¹³ este que segundo Augusto de Vasconcelos havia conseguido visar o seu passaporte em

13 Vasconcelos, N.º 157 (18/07/1917). LPM, 142, “Legação em Madrid – Direcção dos Consulados – 1917 – Maço 11”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

Valência, e por consequência ido ao “Porto ultimar [o] negócio”, considerando o Ministro português a urgência do intento porque favorecia os interesses inimigos (Vasconcelos, 18 de Julho de 1917).

E, neste enredo, o iberismo adquiria contornos vinculados sobre a aproximação entre Espanha e Portugal, percebida pela primeira como uma condição necessária em prol da libertação da península face a interesses estrangeiros, mormente, a partir do momento em que Lisboa intervém na guerra (Torre Gómez, 1980: 146-147) - não obstante o impacto da guerra contra o regime luso, tal qual António José Telo refere (Telo, 2000: 88) -; e, por isso, se a diplomacia portuguesa face a Espanha primava pela manutenção de relações amigáveis - primazia dada por Augusto de Vasconcelos nos seus esforços -, certo foi que “o espectro do ‘perigo espanhol’” para Portugal, ressuscitou no período em análise (Torre Gómez, 1980: 148). De resto, os avanços em termos técnicos do exército espanhol mereciam, similarmente, o olhar atento do diplomata que reportava os mesmos a Lisboa com as suas considerações.¹⁴ O problema das subsistências era um dos mais vorazes: a “questão do centeio” em Maio de 1917,¹⁵ ou a farinha argentina que Espanha pretendia entregar em Julho do mesmo ano,¹⁶ como compensação pelas 1500 toneladas de trigo emprestadas por Portugal, sendo equacionado em Lisboa o prejuízo que representaria.¹⁷

Augusto de Vasconcelos na diplomacia Lisboa-Londres

Já no início de Fevereiro de 1918, o Conde de Tovar (1888-1961) - Pedro Tovar de Lemos, antigo diplomata português -, telegrafava de Londres: nas linhas transmitidas, informava que o Governo inglês tinha o “maior empenho [...] para com o seu antigo e fiel aliado de forma que este [Portugal] não sofra nem prejuízo nem inconveniente sensível” e, nesta senda, daria as boas-vindas a Augusto de Vasconcelos que poderia até ser recebido “em audiência oficial pelo rei” se o “reconhecimento oficial” ocorresse em tempo prévio. De resto, Vasconcelos recebia carta branca para “tratar [com o] Foreign Office todos [os] negócios que se oferecerem”.¹⁸ Tanto Inglaterra, como França, Itália e Espanha eram elencadas na esfera de um reconhecimento a Portugal que tardaria, considerando-se que o Brasil não demoraria mais e o Governo inglês temia dar o seu “pleno reconhecimento oficial porque seria contrario [à] pratica seguida invariavelmente até” àquele momento e, segundo esse, “constituiria precedente muito incomodo para [o] futuro” (Conde de Tovar, 8 de Fevereiro

14 Vasconcelos, N.º 20-A, (7/06/1915). LPM, 142, “Cap. n.º 42...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

15 Vasconcelos (27/05/1917). LPM, 142, Separador: “Legação de Portugal em Madrid - Documentação - Correspondência e documentação diversa 1914-1917 (continuação) - cx. 142, Película nº 236”, Capilha: “Legação em Madrid...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

16 Vasconcelos, N.º 143 (6/07/1917). LPM, 142, “Legação em Madrid...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

17 Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (8/07/1917). LPM, 142, “Legação em Madrid...”. AIDMNE. S16/E7/P9/86842.

18 Conde de Tovar, N.º 24 (8/02/1918). Arquivo Pessoal Conde de Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência política assuntos económicos externos”. AIDMNE.

de 1918), o que era transmitido pelo Conde de Tovar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, na esteira da guerra diplomática que se acentuaria daí em diante.

A 8 de Julho, Augusto de Vasconcelos, estava envolvido nos assuntos do país junto do Foreign Office; resvalava o problema dos transportes marítimos lusos e o funcionamento condicionados dos mesmos: “É evidente que devíamos requisitar toda a nossa esquadra mercante e sujeitá-la às disposições de guerra, que hoje regem os transportes marítimos no mundo inteiro”,¹⁹ aclarando Vasconcelos o seu desconcerto, “Seremos decerto o unico paiz da Europa, que deixa de a sua esquadra mercante proceder independentemente do contrôlo do Governo!” -, destacando-se que na ideia do diplomata encontravam-se as carências de abastecimentos e de dilemas referentes à exportação portuguesa e Sir Frederick Lewis – Subsecretário da Navegação britânica e Director da Casa Furness – era lapidado pela imprensa lusa, segundo o diplomata, de feição “injusta e inhabilmente”, algo que a Grã-Bretanha pretendia que cessasse, constituindo-se em “reclamações [...] pendentes com a Casa Furness” (Vasconcelos, 8 de Julho de 1918). Repare-se que na imprensa portuguesa, tal qual Augusto de Vasconcelos enfatizou, “durante mezes sucessivos” ecoou a necessária restituição dos “salvados dos barcos torpeados”, algo que o diplomata português considerava “inacreditavel” – tal qual reportou ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal – uma vez que “sempre se entende”, como dizia na sua missiva, “que o seguro pago na totalidade, como nos tem sido feito, incluye tudo o que estava a bordo, alem do próprio navio”; e nestes conformes, solicitava que as reclamações findassem, porque sem fundo credível, constituíam-se em obstáculo ao “serviço de transportes marítimos” de que dependíamos em Inglaterra e dessa forma, arremessava a solicitação de uma “resposta rápida” com a finalidade de “concluir [as] negociações” que tinha em mãos (Vasconcelos, 8 de Julho de 1918).

No final do ano, a 11 de Novembro de 1918, certo é que o diplomata luso telegrafava de Londres dando nota sobre a assinatura do armistício. As hostilidades, tal qual referia, cessavam “às 11 horas da manhã” e Vasconcelos congratulava, dessa forma, o “Presidente da República e o Governo”,²⁰ sendo remetido ainda nesse mesmo dia outro telegrama para Lisboa.²¹ Neste, Vasconcelos evidenciou que o Primeiro-Secretário de Estado, Sir Eyre Crowe, relativamente ao “plano colonial” português no pós-Grande Guerra, lhe havia aclarado a “opinião do Foreign Office” que merecia “a mais alta importancia”, segundo o receptor que havia privado com outros Ministros e Subsecretários que se agrupavam em torno da “mesma orientação” (Vasconcelos, 11 de Novembro de 1918b). Dias antes, Augusto de Vasconcelos considerava que a intervenção portuguesa junto do Governo inglês havia-se feito “oportuna e eficaz” (Vasconcelos, 6 de Novembro de 1918), não devendo insistir mais

19 Vasconcelos, N.º 58 (8/07/1918). Arquivo Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência...”. AIDMNE.

20 Vasconcelos, N.º 313 (11/11/1918a). Arquivo Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência...”. AIDMNE.

21 Vasconcelos, N.º 314 (11/11/1918b). Arquivo Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência...”. AIDMNE.

“em nova resposta”, destacando primeiramente a inserção de Portugal entre os países participantes na Conferência da Paz, tal qual o Primeiro-Ministro frisara dias antes “no seu discurso” e o Ministro de Portugal em Paris, na época, António Maria de Bettencourt-Rodrigues (1854-1933) – fervoroso entusiasta, desde finais do século XIX, da aproximação entre Repúblicas Latinas, mormente, entre Portugal e o Brasil –, que havia assistido “às duas ultimas sessões da conferencia”, falando com Augusto de Vasconcelos que ressaltava “que a resposta de Portugal às perguntas do Presidente Wilson” resultava “implicitamente do acordo sobre armistícios”, o qual no entendimento do então Ministro Plenipotenciário, constituía-se no manifesto “resultado dessa conferencia”.²²

Repare-se que no início de Novembro de 1918, Augusto de Vasconcelos havia reclamado em Londres “contra a exclusão da representação Portuguesa na Conferencia de Versalhes”; Lord Cecil (1864-1958), havia-lhe respondido “que a reclamação” deveria “ser feita ao Presidente da Conferencia”, nesse caso, Clemenceau e, portanto, Vasconcelos encontrara-se na contingência de solicitar ao nosso Ministro em Paris se havia recebido algum “convite para assistir a alguma sessão” da Conferência da Paz,²³ algo que ocorrera porque o Ministro em Paris recebera o convite a par dos “seus colegas das pequenas potencias”, contando Vasconcelos ainda que a Inglaterra lhe enviasse uma “nota oficial dando nos satisfação”.²⁴ No dia 5 do referido mês, o diplomata aferia que “toda a imprensa ingleza e estrangeira” havia publicado um “importantíssimo artigo [de] Lord Northcliffe”, no qual surgia “a these inglesa das condições da paz em opposição à these americana do Presidente Wilson”,²⁵ de acordo com Augusto de Vasconcelos, a cláusula relativa à “liberdade dos mares” era eliminada, sendo outras cláusulas estabelecidas por seu turno, como era o caso “da apreensão das colonias alemães” que carecia ainda de um acordo entre as distintas potências (Vasconcelos, 5 de Novembro de 1918). Mas as considerações vasconcelianas no término da guerra eram visíveis: “Começa a vir para o publico as divergências entre a America e a Inglaterra”; apurava ainda que o Governo britânico, no Parlamento, refugiara-se, uma vez que o artigo de Northcliffe, ministro britânico, segundo Vasconcelos, tomara o tom jornalístico e não o ministerial, permitindo a escapatória do Governo que se negara “a dizer se ele representou ou não as suas opiniões” (Vasconcelos, 5 de Novembro de 1918), enredo sujeito a reflexão do ministro luso em Londres.

Neste panorama, Augusto de Vasconcelos encontrava-se, no início de Novembro de 1918 entre aquilo que a imprensa internacional afiançava e as expectativas que eram traçadas como quem não esperasse demasiado das negociações: no dia 4 informava a capital lusa de que o armistício da Turquia, da Bulgária e da Áustria-Hungria não haviam conhecido a cena londrina nas negociações empreendidas “chegando [os] seus termos a serem conhecidos

22 Vasconcelos, N.º 307 (6/11/1918). Arquivo Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência...”. AIDMNE.

23 Vasconcelos, N.º 298 (2/11/1918). Arquivo Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência...”. AIDMNE.

24 Vasconcelos, N.º 300 (4/11/1918). Arquivo Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência...”. AIDMNE.

25 Vasconcelos, N.º 304 (5/11/1918). Arquivo Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência...”. AIDMNE.

aqui [em Londres] ao mesmo tempo que os jornaes os publicavam”, tecendo Vasconcelos um comentário sobre a “organização atual da grande imprensa” que obtinha as “noticias officiaes dos grandes acontecimentos” e que se tornava a única via de acesso a essas informações, sendo impossível obtê-las antes de conhecerem os jornais.²⁶

Augusto de Vasconcelos a caminho de Paris

Assim sendo, Augusto de Vasconcelos enveredava por tentar transmitir “tudo” o que constasse, mas não deixava de referir ser a “impressão geral no Foreign Office”, na época, de que a Conferência da Paz seria formada por “varias conferencias tratando dos diferentes assuntos” que seriam levados a Versalhes.²⁷

E, neste contexto, não nos cause estranheza que Augusto de Vasconcelos tenha rumado à Conferência da Paz, integrando a delegação portuguesa enviada a Paris sob a presidência de Egas Moniz (1874-1955) – médico destacado e político português –, e, mais tarde, sob a presidência de Afonso Costa (1871-1937) – político republicano que se destacou, similarmente, nesta ocasião –; o ambiente conferencista brindava os enviados portugueses com a turbulência internacional que fundava a “nova ordem” e dela resultava o receio da repartição territorial e/ou a expectativa de novas concessões coloniais, como Vasconcelos o demonstrou na reunião da delegação portuguesa ocorrida a 9 de Dezembro de 1918 (Cruz, 2009: 103). Mas o diplomata português receberia a incumbência de Secretário-Geral da Delegação e, por isso, a sua tarefa duplicava-se em torno do momento, logrando a delegação portuguesa, na época, o entendimento deste com o Secretário-Geral da Conferência com o objectivo de se esclarecerem “alguns pontos” presentes no programa dessa, sendo a questão das indemnizações da guerra (2009: 106-108) de especial acuidade entre os interesses lusos que se esperavam da atribulada *paz*, algo que Vasconcelos não viu arredado das negociações empreendidas e do seu desempenho, mormente, a almejada participação de Portugal na Comissão de Reparações (2009: 120), sendo importante destacarmos o seu papel de manutenção da delegação lusa, após a substituição de Egas Moniz por Afonso Costa, permanecendo Vasconcelos a pedido deste último, e aguardando “ordens do Governo” com o objectivo de não lesar a missão em Paris (2009: 201).

Breves notas biográficas sobre Augusto de Vasconcelos (1867-1951)

Lente de Medicina da Universidade de Lisboa, César Augusto de Almeida de Vasconcelos Correia (1867-1951) (Pereira e Ribeiro, 2021: 130), era filho da

26 Vasconcelos, N.º 301 (4/11/1918). Arquivo Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência...”. AIDMNE.

27 Vasconcelos, N.º 301 (4/11/1918). Arquivo Tovar, “Londres 1918-1919”, 5, “Correspondência...”. AIDMNE.

capital lusa, cidade onde manteve residência durante todo o seu percurso. A sua participação na Sociedade das Nações, enquanto Ministro Plenipotenciário de Portugal, desde 1923 até 1937, teve a façanha de se tornar um dos rostos da Instituição genebrina, mormente até à sua retirada da Organização nesse ano, por desfecho da sua carreira. Porém, o antigo diplomata ficaria ligado, de cariz transversal, às dinâmicas de quatro épocas políticas em Portugal: republicano activo desde finais do século XIX, atravessou a Monarquia Constitucional, com diversas participações em periódicos e no campo político (Pereira e Ribeiro, 2021: 133-134); iniciou o seu percurso diplomático na jovem República implantada em Outubro de 1910. Nesta, Augusto de Vasconcelos viria a ser Presidente do Ministério e Ministro dos Negócios Estrangeiros, no período mediado entre 1911 e 1913 (Pereira e Ribeiro, 2021: 134); a sua presença em Madrid e em Londres durante a Grande Guerra, colocá-lo-iam no cerne da diplomacia europeia: se primeiramente num país neutral, quando rumou às ilhas britânicas as noções estreitavam-se em prol dos desígnios de Portugal face à aliança inglesa perante um conflito que tardava.

Em Genebra, Augusto de Vasconcelos destacou-se: desde os trabalhos relativos à delimitação da fronteira sul de Angola (Pereira e Ribeiro, 2021: 134), à sua participação nas Comissões de Comunicações e de Trânsito e ainda, relativas ao Tráfico de Ópio e outros Estupefacientes (Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE], *Anuário diplomático e consular português 1937*, 1938: 66), participando enquanto representante de Portugal nas discussões que granjearam instabilidade na Organização Internacional para a paz, nomeadamente, a Guerra do Chaco ou o conflito de Itália com a Etiópia. Na sequência do seu percurso político-diplomático, o nosso biografado recebeu condecorações: a Grã-cruz da Ordem Militar de S. Tiago da Espada; a Grã-cruz da Ordem de Isabel a Católica de Espanha; a Grã-cruz da Ordem da Coroa da Bélgica e Grande Oficial da Ordem da Legião de Honra de França (MNE, *Anuário diplomático e consular português 1936, 1937*: 102-103).

Conclusão

Neste conformes, cumpre-nos sintetizar que em Madrid, Augusto de Vasconcelos desenvolvendo os seus esforços sob o desígnio de uma diplomacia conciliatória, tal qual se caracterizava a política externa portuguesa face a Espanha, apesar dos temores retratados anteriormente. De resto, e na senda de Ribeiro de Meneses, a personalidade do Ministro Plenipotenciário em questão surge retratada na nossa diplomacia dessa forma, mormente, aquando do pedido por parte de Espanha sobre os navios alemães aprisionados no contexto bélico, advertindo Vasconcelos sobre os efeitos da nossa resposta no que respeitava ao relacionamento peninsular (Ribeiro de Meneses, 2015: 168). Já no espaço londrino, a lógica de Vasconcelos enveredou, como tivemos oportunidade de verificar, por uma diplomacia que conduzisse Portugal, junto da antiga aliada, sem prejuízo para a mesa das negociações que a breve trecho

se seguiria. E logo na primeira sessão da delegação portuguesa à Conferência da Paz de 1919, as orientações traçadas relativamente a essa, resvalavam numa apresentação dos delegados portugueses “defendendo o princípio das indemnizações [...] para cobrir os nossos prejuízos e despesas com a guerra” (Cruz, 2009: 99). Segundo se enfatizava, a conduta deveria reger-se pela aliança com a Inglaterra e pela “defesa das pequenas nacionalidades” (2009: 99); esta lógica dialogou, de modo inerente com a leitura sobre o conflito e do pós-guerra na óptica *vasconceliana*.

E se Conferência da Paz reuniu em si “os representantes de trinta e dois países”, sendo “raras as sessões plenárias” (Milza, 2007: 9), e encontrando-se Portugal entre os Estados participantes, “alcançando assim o seu mais constante objectivo de guerra” (Ferreira, 2015: 137), na linha de José Medeiros Ferreira, a ratificação do Tratado de Versalhes pelo Parlamento luso em Abril de 1920, realizou-se sem que a República tivesse uma interpretação cabal sobre a indemnização que lhe seria atribuída (2015: 144), mas o momento seguinte, o da participação portuguesa na Sociedade das Nações, fundada nesse ano, e conduzindo o país à Organização Internacional nascida sobre o signo da “segurança colectiva” (2015: 149), revelar-se-ia de uma turbulência arreigada aos fenómenos dilacerantes do período em estudo, que culminavam na “nova ordem internacional” com tratados de paz que “muito imperfeitamente [lhes] respondiam” como Jean-Baptiste Duroselle fez nota (Duroselle, 2001: 19); sobre o momento da “nova ordem”, o antigo Ministro Plenipotenciário luso, Augusto de Vasconcelos teria oportunidade de se debruçar, afincadamente, destacando-se no âmago da SDN e tornando-se num dos seus rostos mais prolíficos.

Referências Bibliográficas

- » Cruz, D. I. (2009). *Estratégia Portuguesa na Conferência de Paz 1918-1919 – As Actas da Delegação Portuguesa*. Fundação Luso-Americana.
- » Duroselle, J.-B. (2001). *História Das Relações Internacionais de 1919 a 1945 (Tomo I)*. Edições Texto & Grafia, Lda.
- » MacMillan, M. (2014). *A Guerra Que Acabou Com A Paz – Como a Europa Trocou a Paz pela Primeira Guerra Mundial*. Círculos de Leitores – Temas e Debates.
- » Medeiros Ferreira, J. (2015). *A República Corrigida e Aumentada*. Edições 70.
- » Meireles Pereira, C. e Ribeiro, C. (2021). Augusto César de Almeida de Vasconcelos Correia em F. de Sousa, et al. (coord.), *Os Primeiros-Ministros de Portugal 1820-2020*. Vol. II., (130-149). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- » Milza, P. (2007). *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*. Edições 70.
- » Ribeiro de Meneses, F. (2015). *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Publicações Dom Quixote.
- » Telo, A. J. e Torre Gómez, H. de la (2000). *Portugal e Espanha Nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*. Edições Cosmos.
- » Torre Gómez, H. de la (1980). *Na Encruzilhada da Grande Guerra, Portugal-Espanha 1913-1919*. Editorial Estampa.

Sobre o autor

Soraia Milene Carvalho é Investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa, Bolseira de Investigação de Doutoramento FCT (Ref.^a 2021.08726.BD) e Doutoranda em História, Especialidade em História Contemporânea na FLUL.

 <https://orcid.org/0000-0002-5017-8419>

Sobre el autor

Soraia Milene Carvalho es Investigadora en el Centro de Historia de la Universidad de Lisboa, Becaria de Investigación de Doctorado FCT (Ref. Nº 2021.08726.BD) y Doctoranda en Historia, especialidad en Historia Contemporánea en la FLUL.

About the author

Soraia Milene Carvalho is a Researcher at the History Center of the University of Lisbon, FCT Doctoral Research Fellow (Ref. No. 2021.08726.BD) and PhD Candidate in History, specializing in Contemporary History at FLUL.